



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA DOS
DIREITOS HUMANOS

PARECER CONTRÁRIO Nº 2048/2022

REFERÊNCIA: INDICAÇÃO LEGISLATIVA - PROCESSO N. 7621/2021

RELATOR: YURI MOURA

Ementa: INDICA AO EXMO SR PREFEITO MUNICIPAL A NECESSIDADE DE PROJETO DE LEI QUE DISPONHA SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI 7.199 DE 2014 INCLUINDO O § 3º AO ARTIGO 5-A.

PARECER CONTRÁRIO – IL 7621/2021

I – INTRODUÇÃO

Trata-se de parecer da Comissão de **Educação, Assistência Social e Defesa dos Direitos Humanos** acerca da **Indicação Legislativa** da Ilma. Sra. Vereadora Gilda Beatriz que “INDICA AO EXMO SR PREFEITO MUNICIPAL A NECESSIDADE DE PROJETO DE LEI QUE DISPONHA SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI 7.199 DE 2014 INCLUINDO O § 3º AO ARTIGO 5-A.”

II – FUNDAMENTO

A presente proposição encontra pertinência temática com as matérias legislativas de competência desta Comissão Permanente.

A proposição legislativa, ora analisada, possui méritos ao incentivar a isenção de tributos aos adquirentes do empreendimento habitacional enquadrado no Programa Minha Casa Minha Vida, que foram construídos no município de Petrópolis desde o ano de 2013.

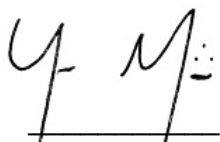
Porém, vacila ao especificar que “poderá gozar das isenções previstas na Lei 7.140/2013, independentemente de observância da faixa do empreendimento”, tendo em vista que a Lei Municipal nº 7.140/2013 deixa claro em seu artigo 1º^[1] que os benefícios concedidos são **específicos “para imóveis destinados às famílias com renda de 01 (um) a 03 (três) Salários Mínimos” e não para todas as faixas do empreendimento.**

III – CONCLUSÃO / PARECER DA COMISSÃO

Diante de todo o exposto, a Comissão de **Educação, Assistência Social e Defesa dos Direitos Humanos**, acerca da **Indicação Legislativa**, entende o valor da proposição, porém ressalta que a propositura é temerária, pois sua aceitação pelo Executivo Municipal criará norma conflitante com o art. 1º da Lei Municipal nº 7.140/2013, visto que a concessão de isenção tributária restringe-se somente **“às famílias com renda de 01 (um) a 03 (três) Salários Mínimos” e não para todo o público como faz especificar a presente proposição.**

Ante ao exposto, apresento **parecer desfavorável** à matéria.

^[1] “Art. 1º Passam a ter direito aos benefícios fiscais previstos na Lei nº 6.018/2003, as Incorporadoras e Empreiteiras de Construção Civil que aderirem ao Programa Minha Casa, Minha vida da Lei Federal nº 11.977 de 07 de julho de 2009 ou outros programas habitacionais federais, **para imóveis destinados às famílias com renda de 01 (um) a 03 (três) Salários Mínimos**, nos parâmetros do que prevê o artigo 1º da supracitada Lei Federal.” (Grifou-se)



YURI MOURA
Presidente



DOMINGOS PROTETOR
Vogal